

39º Encontro Anual da Anpocs

GT 35 Sociedade e Vida Econômica

Finanças e Sustentabilidade: O papel do Estado a partir da análise do discurso e dos atores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Banco Central do Brasil¹

Marina de Souza Sartore

Resumo

A relação entre Economia e Estado é particularmente ressaltada nos estudos de Economia Política em suas diversas vertentes. Para esta pesquisa, utilizo o referencial teórico de Pierre Bourdieu. O Estado, pela perspectiva de Bourdieu possui não apenas o monopólio físico, mas também simbólico sobre a sociedade. Assim, enfoco o processo que cria, ou busca criar o conhecimento público e compartilhado sobre a questão da sustentabilidade nas finanças nacionais. Mais especificamente, quais são os enfoques linguísticos criados ou reproduzidos a partir da evolução das disputas semânticas sobre a questão do Investimento Sustentável? Para responder esta pergunta faço uma análise de conteúdo disponibilizado online em dois estudos de caso: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Banco Central. O principal resultado é o de que existem práticas no âmbito público federal que aliam finanças e sustentabilidade, mas que se legitimam pela associação com a esfera privada, pois são empreendidas por atores que carregam características híbridas, de dominantes-dominados.

¹ Gostaria de agradecer ao CNPq pelo financiamento do projeto de pesquisa do qual este artigo é um dos resultados. Agradeço também aos colegas do Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica e das Finanças da UFSCar pelos debates realizados em Junho/2015 e que ajudaram a moldar a versão final deste artigo.

1 Introdução: o que significa investir?

É comum ouvirmos e lermos em discursos oficiais e não oficiais a ideia de que Estado e Economia são entidades opostas. Tudo se passa como se devêssemos encontrar a melhor receita de cunho liberal ou socialista sobre ter menos ou mais Estado na Economia. Neste artigo, utilizo o referencial teórico de Pierre Bourdieu (cf. 2012 [1990], 1996) para superar esta oposição. Segundo o autor, o Estado moderno se constituiu pelo monopólio físico e *simbólico* sobre a sociedade. Físico porque possui o monopólio da violência física sobre determinado território, como por exemplo, através do exército (cf. WEBER, 1967 [1919] p.56). Simbólico porque produz os esquemas de classificação que unem o mundo objetivo ao subjetivo naturalizando a sociedade, como, por exemplo, através das categorias adotadas pelo censo que nos classificam como casados, solteiros, divorciados, etc; de modo que não as modificamos porque não as questionamos julgando-as como naturais. O Estado é “um princípio da ordem pública, entendido não somente a partir de suas formas físicas evidentes, mas também, nas formas simbólicas inconscientes que são aparentemente profundamente evidentes”. (BOUDIEU, 2012 [1990] p. 24. Trad. da autora). Por esta perspectiva, *Estado versus Economia* não consiste em uma antinomia, pois como princípio de ordem pública, é no âmbito do Estado que se cria concepções e conceitos em todas as formas de pensamento na sociedade, inclusive aquelas que são profundamente incorporadas via mercado tais como liquidez, poupança, crédito, investimento e etc.

Consideremos o conceito de liquidez. O dinheiro é um dos ativos com maior liquidez no mercado. Como construímos a confiança de que através dele poderemos comprar mercadorias? Carruthers e Stinchcombe (1999) apresentam este questionamento e argumentam que a liquidez de um ativo não é naturalmente dada, mas sim, socialmente construída pela ação de *market makers* [organizações e/ou indivíduos incluindo os estatais] que produzem um conhecimento compartilhado, homogeneizado e padronizado sobre o que é e como deve ser um ativo com liquidez.

Consideremos agora o conceito de investimento. O que significa investir no mercado financeiro? Trata-se de canalizar certo capital para determinado grupo de empresas ou ativos com a expectativa de lucro. Em nosso imaginário ocidental, o investidor no mercado financeiro é alguém frio e calculista que tem por único objetivo rentabilizar o seu investimento. Esta figura que representa o investidor no mercado

financeiro seria a versão melhor acabada do que Douglas e Ney (1998) chamam da forte presença do Homo (Economicus em nossa sociedade ocidental: trata-se de uma figura mitológica racional, ambiciosa e egoísta que acaba por orientar nossos pensamentos e ações de tal modo que raramente os questionamos. Assim, nada mais “óbvio” e “natural” do que almejar o lucro quando se investe no mercado financeiro. Esta obviedade e naturalidade advinda da construção acadêmica da figura mitológica do Homo (Economicus é reforçada pela sua reapresentação cultural em produções audiovisuais que retratam os investidores no mercado financeiro desde a infância, como o desenho do ambicioso e avarento Tio Patinhas, culminando em clássicos de Hollywood como *O primeiro milhão* e *Wall Street*² [Para uma análise sobre o papel de Hollywood em moldar uma cultura financeira na bolsa de valores, ver McGoun ET AL, 2003]. Nestes exemplos, em maior ou menor grau, o investidor é apresentado como uma pessoa ambiciosa, desafiadora e corajosa que busca ter a multiplicação de seu dinheiro.

Mas, mesmo a figura do investidor racional e ambicioso passou por transformações ao longo do tempo. Segundo Goede (2005), em um primeiro momento, as bolsas de valores eram majoritariamente associadas aos jogos de azar, principalmente devido a sua imbricação com o crescimento das loterias nacionais. Assim, os investidores eram retratados como apostadores, aventureiros, intuitivos e etc. Em um segundo momento, eles se tornam investidores *cool-head* racionais e se vinculam à ideia de gestão de risco e passam a ser retratados como seres racionais e calculistas.

Há ainda um terceiro momento ancorado principalmente nos estudos de antropologia econômica quando se observou que o espaço da bolsa de valores apresenta não apenas uma, mas diversas formas de racionalidades voltadas para o ganho (GODECHOT, 2000, para o caso francês), há também relações informais de laços de reciprocidade (MÜLLER, 2006, para o caso brasileiro) e papéis constitutivos que orientam as ações consideradas racionais (ABOLAFIA, 1998, para o caso norte-americano). Houve uma mudança na percepção sobre a racionalidade da conduta do investidor na bolsa de valores: de apostadores aventureiros para gestores racionais de riscos e por fim, para espaços de múltiplas racionalidades e laços informais. No entanto, apesar destas ramificações, o imaginário da busca ao lucro, da multiplicação e rentabilidade do dinheiro sempre esteve presente.

² Vale a pena ressaltar que a cultura financeira no Brasil é altamente influenciada pela cultura financeira norte-americana, que, por sua vez, é retratada nas produções de Hollywood.

Este microcosmo da racionalidade nas bolsas de valores se expandiu principalmente a partir dos anos 80 nos Estados Unidos e, segundo Davis (2009), esta expansão está associada à transição de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial centralizada e moldada por aqueles que atuam no mercado financeiro. Assim, segundo o autor, formamos hoje a *sociedade do portfolio* “na qual o idioma do investimento se torna o modo dominante de compreender o lugar de um indivíduo na sociedade” (DAVIS, 2009, p. 6) e transborda do microcosmo das bolsas de valores rumo a esferas como a da criminalização, da urbanização e do meio ambiente (DAVIS e KIM, 2015).

A invasão da ideia de investimento na esfera das preocupações sociais e ambientais foi reunida sob o rótulo de investimentos sustentáveis, ou seja, investimentos que são feitos em um grupo limitado de setores ou empresas consideradas sustentáveis (JEUCKEN, 2001). Assim, se antes, investir significava naturalmente e unicamente calcular o potencial de lucro de determinada empresa a partir da consulta e avaliação em seu relatório financeiro, agora, existe uma nova versão, uma nova possibilidade de conduta, que busca transformar o pensamento sobre o ato de investir que passaria a considerar as ações sociais e ambientais de determinada empresa³. Surge uma oposição entre investimento mainstream pautado em consultas em relatórios financeiros versus investimento sustentável, pautado em consultas em relatórios de sustentabilidade. Trata-se da busca em transformar a prática de investimento modificando a moralidade associada ao mercado financeiro que antes atribuía ao investidor o papel de propulsor do desenvolvimento econômico para agora o investidor propulsor do desenvolvimento econômico, social e ambiental investindo em empresas sustentáveis.

O investimento sustentável nos aparece como novo, estranho e arbitrário, pois evidencia o nosso esquecimento sobre o processo de construção social do investimento mainstream. Ou seja, nos é óbvio que investir significa almejar o lucro, pois toda a construção social e arbitrária desta ideia já nos foi esquecida e incorporada. Carruthers e Babb (1996) demonstram pela história norte-americana o funcionamento natural da

³ Não se trata de apenas uma nova nomenclatura, mas sim, da criação de um novo jogo social no qual novas posições aparecem pela disputa política sobre a representação legítima de determinada ação social no campo financeiro. Sobre estas disputas ver SARTORE (2010). Sobre o papel das nomenclaturas e seus efeitos políticos ver BOURDIEU (1982). Faço a oposição entre investimento sustentável e investimento mainstream em sua versão mais contemporânea. No entanto, a própria história do investimento sustentável passou por diferentes ramificações de nomes como Investimento Ético e Investimento Socialmente Responsável (ver SARTORE, 2010).

garantia do valor do dinheiro pelo padrão ouro [era óbvio que o dinheiro poderia ser trocado por determinada quantia de ouro] até o momento em que este sistema tácito passa a ser questionado por aqueles que queriam utilizar outra forma de lastro de valor para a moeda. Assim, algo que era incorporado como natural (trocar dinheiro por ouro) passou a ser disputado na sociedade e a sua construção social e arbitrária ficou evidente. De mesmo modo, com a centralidade e expansão do mercado financeiro para outras esferas da sociedade brasileira, o ato de investir que estava associado à ideia clássica de Homo Economicus passou a ter outra versão que chacoalha a inércia do mundo financeiro e traz à tona a disputa sobre o que de fato significa investir.

Assim, qual o mecanismo por detrás desta nova ressignificação do ato de investir? Ora, se tratarmos a argumentação de Bourdieu (1996; 2012 [1990]) como hipótese [de que o Estado exerce uma dominação simbólica], a construção do discurso do investimento sustentável deve perpassar as instituições e os atores estatais.

1.1 Investimento Sustentável: disputa entre o público e o privado

De maneira geral, a literatura (por exemplo, Hutton, D'Antonio e Johnsen, 1998) divide o investimento sustentável em três áreas de atuação: (1) Ativismo do Acionista: instituições ou indivíduos que se engajam como acionistas em empresas na tentativa de institucionalizar práticas de investimento sustentável; (2) Investimento do desenvolvimento da comunidade: depósitos em bancos ou criação de fundos que financiam o desenvolvimento de programas sociais e ambientais assim como práticas de microcrédito e financiamento de *venture capital e private equity* e (3) Investimento em fundos com carteira de empresas: criação de fundos com seleção negativa (exclusão) ou positiva (de premiação) de empresas por critérios éticos ou sustentáveis. *O foco deste artigo está no segundo e no terceiro tipo os quais aliam práticas de investimento em empresas sustentáveis.*

O investimento sustentável é uma prática que foi adotada em diversos países que se reúnem em fóruns como, por exemplo, os fóruns de Investimento Sustentável nos Estados Unidos (US-SIF), na Europa (Eurosif) e na Ásia (ASrIA). Em relatório publicado pelo US-SIF, estima-se que o total de ativos negociados sob a rubrica do investimento sustentável nos Estados Unidos totalizou U\$6,57 trilhões e aumentou em 929% em relação à primeira mensuração feita em 1995 (US-SIF, 2014). No âmbito

acadêmico internacional existem estudos sobre esta prática principalmente na área de economia e administração como na Espanha (LOZANO ET AL, 2006), na Austrália (JONES ET AL, 2007) e Japão (SAKUMA e LOUCHE, 2008).

No Brasil, os investimentos sustentáveis ganharam fôlego a partir da criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 2005. Ao realizar uma análise geométrica de dados sobre os atores envolvidos na criação dos investimentos sustentáveis no Brasil a partir do conselho deliberativo do ISE constatee posições de oposição entre aqueles profissionais que atuavam com investimento sustentável com trajetória no espaço privado concentrados em São Paulo em oposição aos profissionais que atuavam com investimento sustentável com trajetória pública concentrados no Rio de Janeiro (SARTORE, 2012). A análise apontou o grupo de profissionais paulistanos privados como dominantes nas práticas de investimento sustentável e o grupo público carioca como dominados⁴.

No entanto, segundo dados disponíveis na página eletrônica do Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas⁵ os primeiros Balanços Sociais foram publicados por empresas públicas na década de noventa quando também as Nações Unidas criaram a Iniciativa Financeira de seu programa para o meio-ambiente (UNEP-FI) que começou a unir o discurso financeiro ao ambiental. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil foi o primeiro a aderir ao programa Maio de 1995. Estes dados reforçam a hipótese de que os atores ligados ao setor público estariam na vanguarda para o desenvolvimento dos investimentos sustentáveis. Esta hipótese, por sua vez, reforça a tese de Mazzucato (2013) de que as instituições públicas são sempre pioneiras no desenvolvimento de novas tecnologias, e aqui, o investimento sustentável poderia ser considerado uma inovação no mercado financeiro. O Estado seria o empreendedor que assume os riscos e opera em áreas que as instituições privadas temem, pois caso falhem, perderão seus investimentos. Assim, o Estado estaria por detrás das grandes inovações, mas, no entanto, não colheria os frutos e as recompensas deixando-os para as instituições privadas que incorporam essas novas tecnologias após o governo reduzir as incertezas a elas associadas. A autora faz

⁴ O cálculo da importância dos eixos foi feito pela análise de correspondência múltipla.

⁵ Veja dados disponíveis em < <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> > Acesso em 18 de Março de 2014.

referência à produção do Iphone (cf. cap. 05) e também à indústria verde⁶ (cf. cap. 06), esta última estaria em seu estágio inicial e, portanto seria caracterizada por incertezas de mercado e tecnológicas.

Os argumentos de Bourdieu (2012[1990]) e Mazzucato (2013) convergem na medida em que recuperam as narrativas sobre o papel-chave do Estado na construção do desenvolvimento econômico: enquanto o primeiro argumenta pela atuação simbólica, a segunda enfoca o pioneirismo em investimentos, normas e regras. Mazzucato (2013) questiona o fato de que a narrativa predominante apresenta as empresas privadas como responsáveis pelas principais inovações na sociedade relegando o Estado ao papel de burocracia inerte cujo papel é apenas corrigir as falhas do mercado privado supostamente inovador. Segundo a autora, o Estado não colhe os frutos do risco que assume ao investir na produção de novas tecnologias, pois a narrativa social predominante não lhe atribui o mérito, apagando a sua atuação da memória social. Este processo de conversão do público em privado é um questionamento forte em Mazzucato (2013), mas também em Bourdieu (2012 [1990], p. 480). No entanto, para o autor, mais importante do que descobrir se o pioneirismo vem do público ou do privado, é o processo de transmutação entre o privado e o público, ou seja, as formas de interação e interdependência de atores e instituições públicas e privadas (e seus discursos) que revelam a dinâmica da construção de determinado mercado e das ideias que dele emergem.

Para identificar a ação do Estado sobre a nossa consciência, Bourdieu sugere que investiguemos os *atos de Estado*, ou seja, os *atos políticos que têm a pretensão de causar efeitos sobre o mundo social* (Bourdieu, 2012 [1990], p. 26) assim como os *mandatários de Estado*, ou seja, indivíduos que possuem a outorga de agir em nome do Estado e colocar em prática os atos de Estado. Analogamente, seria o mesmo que estudássemos uma entidade divina onipresente a partir dos atos de fé e de seus representantes.

A pesquisa realizada é de cunho qualitativo e enfocou 06 atos de Estado sobre investimentos em empresas sustentáveis [ECO011, Empresas sustentáveis na Amazônia, Inovação em Meio-Ambiente, FIP Brasil Sustentabilidade, FIP Caixa Ambiental e FIP Vale Florestar] do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

⁶ Os investimentos sustentáveis fazem parte de toda a concepção que envolve o termo indústria verde ou ainda, economia verde.

Social (BNDES) além da tentativa do Banco Central (BACEN) em regulamentar o relatório de sustentabilidade no sistema financeiro.

Este artigo contribui para (1) a compreensão da ideia de que somos uma sociedade cada vez mais composta por investidores e o papel do Estado nesta nova configuração (2) a reflexão da necessidade de ir além dos muros teóricos entre economia, política, sociologia e antropologia unindo-os em uma ciência social das finanças. Tenho a ciência de que a minha amostra, ao ser composta de duas instituições representantes do Estado, ainda exclui outras como os bancos comerciais de propriedade estatal que poderiam fornecer elementos para enriquecer a análise. Este é um caminho de pesquisa possível para completar a análise exposta neste artigo.

O principal resultado é o de que existem atos de Estado que aliam finanças e sustentabilidade cujos mandatários operam em conjunto com atores privados realizando um processo de transmutação e oscilação entre o público e o privado. Esta interdependência nos leva à necessidade de estudar mais profundamente os atores que atuam como intermediários e usufruem do processo de outorga do Estado ocultando-o, pois traduzem a outorga pública em ato privado.

O artigo está estruturado da maneira que se segue: primeiramente apresento os atos do Estado do BNDES e os atores envolvidos para refletir sobre a oposição público-privada. Em seguida, apresento brevemente o caso do relatório de sustentabilidade sugerido pelo Banco Central. Por fim, apresento as minhas considerações finais.

2 Estudo de caso 01: BNDESPar e Gestores – qual investimento?

O Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possui o BNDES participações (BNDESPAR) que é uma sociedade por ações que administra a participação em empresas pelo banco. Em 2014, o banco apresentou em sua página institucional seis tipos de políticas públicas que podem ser associadas à ideia de investimento sustentável: as três primeiras se associam à ideia de criação de fundos para o desenvolvimento como o Traded Exchange Fund ECOO11, Empresas sustentáveis na Amazônia (80 milhões⁷) e Inovação em Meio-Ambiente (270 milhões). As outras três consistem em participação em fundos de empresas que têm a sustentabilidade como

⁷ Os valores entre parênteses representam o total investido pelo BNDESPAR.

critério central de seleção de suas empresas: FIP Brasil Sustentabilidade (100 milhões); FIP Caixa Ambiental (68 milhões) e FIP Vale Florestar (121 milhões).

A análise de conteúdo nas páginas institucionais do BNDES e das gestoras dos fundos apresenta uma qualificação para a palavra “investimento” que converge para a associação de palavras que expressam valores positivos em nossa sociedade, por exemplo, as palavras: consciente; positivos; comprometimento; nova classe. [Quadro 01]. A análise dos adjetivos é relevante na medida em que expõe os novos jogos de oposição, por exemplo, se investir em sustentabilidade significa agir conscientemente, por oposição, não investir em sustentabilidade é ser inconsciente. Este jogo de atribuições é o reflexo de disputas políticas pelo poder da representação legítima da realidade econômica sobre a prática do investimento.

Quadro 01 - Qualificação do Investimento

ECOO11 (Carbono)	BNDES Empresas Sustentáveis na Amazônia	Fundo de Inovação em Meio Ambiente	FIP Brasil Sustentabilidade
"O seu investimento consciente"	"Investimento na Amazônia que gerem retorno financeiro e impactos sócio-ambientais positivos"***	"Investimentos em empresas inovadoras, de modo a propiciar o desenvolvimento de tecnologias limpas"***	"investimentos relacionados às áreas de meio-ambiente e sustentabilidade no Brasil"****
"Tudo em um único investimento. Diversificação, transparência, flexibilidade"	"Visão integrada do investimento e comprometimento com 3Ps"****	"três eixos de investimento. Soluções Ambientais. Tecnologias Avançadas e Novos Modelos"****	"Investimento numa nova classe de ativos financeiros"****
	"Investimentos ligados à Sustentabilidade"****		"Em reconhecimento da grande importância dos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa na determinação da performance dos investimentos em geral"****
* Folder de Situação do Fundo/** Página Institucional BNDES/***Página da Gestora			

Fonte: Página institucional do BNDES e das gestoras dos fundos. Os fundos FIP Caixa Ambiental e Vale Florestar explicitam os fundos muito sucintamente, dificultando a análise de conteúdo.

O vocabulário apresentado pelo BNDES é incorporado do âmbito internacional principalmente a partir das políticas desenvolvidas pelas Nações Unidas (cf. SARTORE, 2015, para a influência internacional do conceito de sustentabilidade e finanças) e é transmitido para as gestoras de fundos as quais os transmitem para os projetos e empresas investidas. Ocorre um processo de ressonância de vocabulário que se inicia no edital de seleção para a gestora de fundos do aporte financeiro do BNDES, perpassa a própria gestora e culmina na empresa investida. Por exemplo, o BNDES Empresas Sustentáveis na Amazônia investe pela gestora Kaeté Investimentos [que adota o modelo de People, Planet and Profit] na empresa ouro verde que, por sua vez, comercializa a castanha-do-pará harmonizando “o desenvolvimento com as populações nativas” e desenvolve o seu comércio pela ideia de comércio justo. A flexibilidade e

polissemia do termo sustentável permitem a sua ressonância. No entanto, a apropriação do vocabulário não se faz de maneira automática. Por exemplo, no caso das gestoras de investimentos, duas delas são subsidiárias de sustentabilidade de gestoras mainstream, ou seja, para não perderem o seu caráter mainstream, as gestoras criaram subsidiárias que possuem apenas um fundo de investimento em sustentabilidade (como é o caso da Kaeté Investimentos, subsidiária da K&C e da Sustain Capital, da Latour Capital). Quando não há a criação de uma subsidiária, a gestora conta com a participação de consultorias de sustentabilidade como é o caso da Performa Investimentos a qual conta com a participação da KeyAssociados. Assim, a passagem do dinheiro acontece em uma corrente institucional diversificada, mas que precisa adequar-se à moralidade constituída na prática do investimento que se expressa pela criação de uma subsidiária gestora de recursos especializada em sustentabilidade ou em parcerias com consultorias do polo dominante de atuação com finanças e sustentabilidade⁸.

2.2 Ressonância institucional: a trajetória de outorga

Em física, a ressonância é a tendência de um sistema a oscilar em máxima amplitude em certas frequências conhecidas como frequências naturais do sistema. Aqui, uso o termo para realizar uma analogia com o sistema social, o qual, ao oscilar com certa frequência entre o público e o privado, produz uma amplitude maior de atuação levando à maior caracterização da esfera privada mas com influência pública. Destes seis estudos de caso, extraio para fins de ilustração, três deles para mostrar a corrente pela qual passa o desenvolvimento do ato de Estado pautado pela ideia de Investimento Sustentável: O ECOO11, o FIP Inovação em Meio Ambiente e o FIP Vale Florestar. Nos três casos,

⁸ Para o desenho do campo das consultorias de sustentabilidade no Brasil e principalmente, ver o polo que se forma a partir das consultorias em sustentabilidade que se aliam ao espaço das finanças, tornando-se dominantes em seu próprio campo ver (NOVAES BOTTA, 2013).

Exchange Traded Funds	Fundo de Investimento	Fundo de Investimento em Participações
<i>ECO11</i>	<i>BNDES Fundo de Inovação em Meio Ambiente</i>	<i>FIP Vale Florestar</i>
Fundo Criado pelo BNDES a partir da criação do Índice de Carbono Eficiente lançado na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo também criado pelo BNDES	Foco em Inovação voltada para o Meio Ambiente	Focado na participação em fundos com empresas sustentáveis
Natureza <u>Pública</u>	Natureza <u>Pública</u>	Natureza <u>Pública</u>
Gestora	Gestora	Gestora
<i>BlackRock</i>	<i>Performa Investimentos</i>	<i>Global Equity</i>
Filial Gestora de Fundos Internacional	Gestora especializada em Private Equity e Venture Capital nacional (São Paulo/ Rio de Janeiro) com filial internacional (Nova Iorque)	Gestora de recursos fundada em 1994 como resultado da Globalvest e Latinvest especialista em Private Equity
US\$4,72 trilhões em ativos sob sua gestão	R\$80 milhões	R\$ 605 milhões
Investimento Socialmente Responsável como parte de sua política	Não é focada em sustentabilidade mas a gestão do fundo possui parceria com a consultoria KeyAssociados, com foco em sustentabilidade	Menciona a Responsabilidade Social Empresarial em seu site
Natureza <u>Privada</u>	BNDESpar; Governo Belga, Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro, 3 family offices.	Natureza <u>Privada</u>
Coordenadores	Natureza <u>Pública e Privada</u>	Empresa Investida
<i>Banco do Brasil Investimentos - Natureza <u>Pública</u></i>	Empresas Investidas	<i>Vale Florestar S.A. e Participação do BNDESpar, Vale, Petros e Funcef (Em 2014, o Fundo foi comprado pela Suzano Celulose e Papel).</i>
<i>Citigroup Global Markets Brasil - Natureza <u>Privada</u></i>	Geociclo - Empresa de biotecnologia localizada em Uberlândia com base Universitária majoritariamente <u>pública</u> e investimento <u>privado</u> de um industrial	<u><u>Pública e Privada</u></u>
Coordenadores Contratados		
<i>Santander Global Banking and Markets- Natureza <u>Privada</u></i>	Enalta - Empresa de Automação Agrícola localizada em São Carlos/SP com natureza <u>pública e privada com diversas parcerias</u>	
<i>XP Investimentos- Natureza <u>Privada</u></i>	GlobalyEast - Start Up fundada em 2015 em Parceria com a Performa Investimentos e o Belgian Resource Institute (sem dado).	
<i>Banco Votorantim - Natureza <u>Público-Privada</u></i>		
Empresas do Índice		
100% Empresas Brasileiras		
Estrutura de propriedade diversas com participação de empresas <u>públicas e privadas</u>		

No caso 01, é possível observar que o ETF ECOO11 é criado por uma instituição pública que transmite a sua gestão para uma instituição privada a qual contrata como coordenadores líderes um banco investimento público e privado, e contrata como coordenadores três bancos de naturezas privadas e público-privada que investem em uma carteira do Índice de Carbono Eficiente composto por empresas de sociedade anônimas com acionistas majoritários públicos, privados, ou público-privados. No caso 02, o recurso inicial é de natureza pública, passa por uma gestora privada que reúne mais investidores públicos e privados que atuam em empresas já fundadas com capital público e privado. No caso 03, o recurso inicial é público, passa por uma gestora privada e investe em uma empresa com capital público e privado.

Assim, a corrente institucional pela qual passa o recurso oscila entre as instituições de interesses públicos e privados as quais convergem para a mesma linguagem da sustentabilidade [como poderia ser também para o caso da inovação, e etc.]. Neste processo de oscilação que demonstra a fluidez e a dificuldade de separar o público e o privado, o pêndulo recai sobre os interesses privados na medida em que as metamorfoses decorrentes vão diluindo, descolorindo o público em detrimento do privado. Assim, se fica bem claro o financiamento do BNDES na criação do fundo BNDES Inovação para o Meio-Ambiente em sua página institucional, este protagonismo fica em segundo plano na página das gestoras e se oculta nas páginas dos empreendimentos que receberam o aporte do BNDES, pois o que fica evidente é o empreendimento em si como a criação de um novo fertilizante, por exemplo. Isto é parte do processo de outorga que parte dos atores públicos, mas se evidencia como privado porque se transfigura da imagem do financiador para a imagem do produto final e da empresa que o criou. A cria ganha autonomia em relação ao seu criador, ou ainda, o enfoque no resultado oculta todo o processo de outorga da gestão do dinheiro que oscila entre atores com interesses públicos e privados. A “evidência do caráter privado inovador” é uma ilusão, uma vez que como vimos em todas as etapas existem aportes financeiros advindos dos interesses públicos e dos interesses privados. Quando passamos a rastrear toda a corrente de desenvolvimento da política pública do investimento sustentável a partir do olhar mais atento sobre as disputas entre instituições de interesse público e privado, o processo de transmutação entre o privado e o público fica mais evidente levando-nos a necessidade de mudarmos o foco da questão sobre quais as formas de interação entre eles.

2.3 Raio-X dos gestores

Foram mapeados 17⁹ atores *das gestoras* que aparecem nos resultados das pesquisas como representantes dos fundos apresentados. Foram escolhidos os gestores porque são eles que foram os escolhidos pelo BNDESPAR ao mesmo tempo em que são os que escolhem os empreendimentos que receberão o aporte financeiro desempenhando

⁹ O total de atores não significa que não há outros que porventura não apareceram nos resultados da pesquisa. No entanto, a amostra indicada permite observar qual o perfil dos indivíduos que formam as equipes que atuam com os fundos citados anteriormente.

o papel de intermediários. Os atores são distribuídos em 03 no fundo sobre Empresas Sustentáveis na Amazônia, 06 no fundo de Inovação para o Meio-Ambiente, 04 FIP Brasil Sustentabilidade, e 04 FIP Caixa Ambiental. As variáveis consideradas foram: trajetória educacional considerando os cursos de formação e instituição, trajetória profissional considerando tipo de empresa, geração e local onde atua.

Ator	Cursos	Instituições Educacionais	Trajetória Profissional Instituições	Trajetória Profissional Tipo
1	(1) Medicina Veterinária (1985-1989) (2) Pós-Graduação Gestão Agro-Industrial (1990-1991) (3) Mestrado em Ciência Animal (1990-1992) (4) Doutorado em Medicina Veterinária (1993-1998) (5) Pós-doutorado em ciência animal (1998-1999)	(1) UFRGS (2) UFLA (3) ESALQ/USP (4) USP (5) University of Kentucky	(1) Acadêmica (2) Ouro Verde Amazônia (2002-2013) (3) Grupo Orsa (4) Consultor E2 Economia (5) WWF-Brasil (2008-2009) (6) Instituto Ouro Verde (7) Consultor das nações unidas (8) Kaetê Investimentos	Pública/Privada/Terceiro Setor
2	(1) Administração de Empresas (2) MBA	(1) USP (2) Harvard Business School	(1) Chase Manhattan (2) Banco Itaú (3) McKinsey (4) BRZ investimentos (5) Kaetê Investimentos	Privada
3	(1) Pós-Graduação em Engenharia Hidráulica e Saneamento (1994-1999)	(1) USP	(1) Jari Celulose Gerente de Meio Ambiente (1997-2000) (2) Grupo Orsa (Gerente Corporativo de Sustentabilidade (2001-2007) (3) GreenHead Serviços Consultoria (2010-2012) (4) Kaetê Investimentos (2013-...)	Privada
4	(1) Economia e Estatística (1990-1995) (2) Pós-Graduação (2005/2006)	(1) Paris-Dauphine (2) INSEAD	(1) Elf (1999-2000) (2) Toluna (2000-2001) (3) Aventis CropSciences (2001-2002) (4) Bayer (2002-2005) (5) EuroVentures (2006-2010) (6) Performa Investimentos (2011-...)	Privada
5	(1) Engenharia de Produção (1992-1996) (2) 1999-2007 (Direito) (3) CFA	(1) USP (2) USP (3) CFA Institute	(1) BankBoston (1997-2003) (2) Performa Investimentos (2004 - ...)	Privada
6	(1) Engenheiro Agrônomo (2) Especialização em Mudanças Climáticas	(1) ESALQ- USP (2) Harvard University	(1) Consultor Empresas e Banco Mundial (1993-2004) (2) Pricewaterhousecoopers (2001-2004) (3) KeyAssociados (2004 até hoje).	Privada
7	(1) Engenharia Mecânica (2) TQC Training Course	(1) Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia (2) Union of Japanese Science and Engineers	(1) KeyAssociados de 1997 até hoje	Privada
8	(1) Engenharia de controle e automação (2004 a 2009) com passagem com bolsa CAPES por Logística e gestão de empresa (3) M&A Fusões e Aquisições	(1) UNICAMP (2) Ecole Nationale Supérieure d'arts et métiers (3) Fundação Getúlio Vargas	(1) Mecatron (2006) (2) Instituto Inovação (2007) (3) Procter & Gamble (2009) (4) Safra Asset Management (2009) (5) Inventta (2010-2011) (6) Inseed Investimentos (2012)	Privada
9	(1) Engenharia de Produção (2009-2013) (2) Summer School Marketing e Contabilidade (2013) (3) Especialização em Gestão, Marketing e Mercados (2015-...)	(1) UFMG (2) London School of Economics (3) Fundação Dom Cabral	(1) União Brasileira para a Qualidade (2011) (2) LamOS (2011-2012) (3) L&Tescritório de negócios internacionais (2012- 2013) (4) Inseed Investimentos (2013 -...)	3o setor/ Privada
10	(2) Economia (2004 a 2007) (3) Finanças Corporativas (2010)	(1) Colégio Bandeirantes (2) Fundação Getúlio Vargas (3) London School of Economics and Political Science	(1) Focus Invest (2007-2008) (2) Mitre Realty (2009) (3) Mitre Agropecuária (4) Grupo HOSP (2011-2013) (5) Esquadra Vigilância e Segurança Armada (2013-2014) (6) Hospital dos olhos de Minas Gerais (2014) (7) Filiticket.com (2013-2014) Inseed Investimentos (2014-...)	Privada
11	(1) Engenheiro Agrônomo (2) Especialização em Mudanças Climáticas	(1) ESALQ- USP (2) Harvard University	(1) Consultor Empresas e Banco Mundial (1993-2004) (2) Pricewaterhousecoopers (2001-2004) (3) KeyAssociados (2004 até hoje).	Privada
12	(1) Doutorado em Economia	(1) FGV	(1) 1994-2004 Presidente da Merrill Lynch Corretora	Privada
13	(1) Graduação em Administração de Empresas (1986-1992)	(1) FGV	2006 até hoje: Latour Antes Banque Safdié e Banco da Cidade	Privada
14	(1) Administração de Empresas	(1) FAAP	Mantiq (2004 até o momento) (2) JP Morgan 1987-1996 (LAEF)	Privada
15	(1) Bacharelado em Engenharia Mecânica (1993-1997) (2) MBA em Negócios (2002-2004)	(1) UFMG (2) The University of Chicago	Mantiq (2000 até o momento) Citigroup (1998-2000) e Analista ABN AMRO (2000-2002) e CFO Haztec Tecnologia e Planejamento ambiental (2008-2009)	Privada
16	(1) Economia (1984-1988) (2) MBA Gestão	(1) UFRJ (2) IBMEC	(1) Mantiq (2006 - até o momento) e (2) Banco Real (1990-2006)	Privada
17	(1) Economia (2000-2005) (2) Mestrado em Economia e Finanças (2007-2010) e (3) MBA em negócios (2011-2013)	(1) USP, (2) FGV e (3) The University of Chicago	(1) Mantiq (2013 até hoje), (2) Tarpon Investimentos (2012); (3) Omega Energia Renovável (2012) (4) Companhia Brasileira de Participações em bioeletricidade (2009-2011) (5) ABN AMRO (2003-2008) (6) Spencer Stuart (2000-2001)	Privada

Fonte: Informações em minibiografias na internet

Excetuando-se o ator 01, todos os outros têm uma formação na área de engenharia, negócios ou economia dos quais, 11 deles, têm formação em escolas públicas passando principalmente pela USP. Aqueles que possuem formação em escolas privadas, têm passagem por centros considerados de excelência em escolas de negócios como a FGV e FAAP. Também 11 deles têm passagem por uma instituição internacional de renome como Harvard, London School of Economics e University of Chicago. O período geracional correspondente são daqueles que fizeram os cursos de graduação a partir de meados da década de 80 e entraram no mercado de trabalho a partir da década de 90. Excetuando-se novamente o ator 01, todos os outros possuem trajetória profissional em instituições de capital privado. Excetuando-se o ator de número 07, todos os outros passaram por ao menos duas instituições em suas carreiras e o percurso seguido, apesar de parecer heterogêneo à primeira vista, acaba por se caracterizar por um começo em uma indústria, empresa ou banco comercial e em seguida, uma consultoria ou um banco de investimento e por fim, a gestora de investimento. Para chegar a ser gestor de investimento, parece-me que é o coroamento de uma trajetória de formações complementares (todos possuem algum tipo de formação complementar) e institucional. Apesar de grande maioria ter passado por uma instituição pública em sua formação escolar, a atuação profissional é privada.

A passagem por instituições públicas, a formação em áreas de estudo consideradas nobres e em instituições privadas de renome assim como a circulação em instituições de ensino internacionais de renome lhes atribui capitais característicos da esfera dos atores dominantes do campo do poder. No entanto, a trajetória profissional diversificada, passando por bancos comerciais, consultorias e bancos de investimento e de gestão de recursos lhes atribui à posição de intermediários e, o fato de estarem associados ao discurso da sustentabilidade (dos 17 atores, 8 [em vermelho] possuem competências que os conectam ao meio-ambiente na rede LinkedIn, e portanto, têm atuação ligada ao meio ambiente e às finanças) lhes garante capitais de dominados. Todos os fundos possuem ao menos um gestor ligado a finanças e sustentabilidade que pode atuar como um contrapeso dentre aqueles na equipe que não possuem experiência com sustentabilidade.

Aqui temos a receita da ideologia dominante¹⁰: a organização em equipes multidisciplinares e que possuem especialistas que legitimam os diversos interesses. É nestes atores que exercem o contrapeso e que legitimam o grupo todo para atuar na esfera das finanças sustentáveis que pode residir a chave explicativa para refletirmos sobre a atuação do Estado na sociedade contemporânea na medida em que o Estado lhes outorga a gestão de um recurso em uma área considerada polêmica mas que ao mesmo tempo, aproxima interesses de atores dominantes e dominados.

O tipo-ideal deste ator híbrido está presente no número 11 que aparece atuando em duas gestoras estudadas. Ele tem graduação em Engenharia na USP-ESALQ e uma passagem pela Harvard University no tema das mudanças climáticas [*capitais dominantes*]. Ele começa a sua trajetória como consultor de várias empresas e do banco mundial, torna-se diretor da Pricewaterhousecoopers [*intermediário*], e migra para a KeyAssociados, consultoria especializada em sustentabilidade [*capital dominante*] e atua como consultor da Performa Investimentos e da Sustain Capital [*capital dominado*] e [empresas de Private Equity em cujo campo específico deparam-se com a dominação de outras gestoras de recursos como Gávea e GP investimentos – ver Mundo Neto, 2014].

Trata-se, portanto de atores considerados híbridos, ou ainda, usando a nomenclatura de Pierre Bourdieu, filantropos (cf. BOURDIEU, 2012 [1990] pp.569-570), que possuem características de dominantes-dominados e que provavelmente são atores-chaves, pois ao incorporarem características consideradas opostas operam os processos de legitimação, de unificação e de moralização dos interesses dos dominantes e dominados que, no caso em questão, perpassam a questão pública pela sobrevivência do planeta e do meio ambiente e privada pela busca ao lucro individual na luta por remodelar o significado de investir.

A questão que intriga é que os filantropos, no livro de Bourdieu, são atores que participaram na constituição do Estado Moderno a partir de sua posição em instituições públicas que consolidaram a ideia de Estado Moderno. Os dados sugerem que estamos diante de outra espécie de filantropo cujas características têm possibilitado o processo de ocultamento e desconstrução do Estado na medida em que operam a partir de

¹⁰ Faço referência a um artigo de P. Bourdieu e L. Boltanski na *Actes de La Recherche en Sciences Sociales* no qual ele argumenta que a configuração da ideologia dominante atual é a partir de grupos privados heterogêneos que argumentam atuar em prol do interesse público e universal (ver BOURDIEU e Boltanski, 1976).

instituições que são consideradas de interesse privado redimensionando o papel simbólico do Estado na constituição de novas realidades sociais.

3 Estudo de caso 02 - BACEN e a questão da regulamentação: a produção de relatórios de sustentabilidade

O Banco Central do Brasil (BACEN) foi criado em 1964 com o objetivo de assegurar e gerir o poder da moeda brasileira assim como sustentar o sistema financeiro nacional. Dentre os anos de 2005 a 2012, o BACEN publicou o Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro assim como realizou um workshop em 2011 sobre as políticas e práticas Socioambientais nas instituições financeiras.

Com a realização da conferência Rio+20 surgiram duas iniciativas para a implementação do relatório de sustentabilidade. A primeira refere-se ao BACEN que colocou em audiência pública duas minutas de resolução que dispunham sobre a política de responsabilidade socioambiental por parte das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (Edital BACEN¹¹, 2012). Uma das propostas era a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do relatório de responsabilidade socioambiental que naquele momento, deveria entrar em vigor em 31 de dezembro de 2013. A repercussão pode ser mensurada pela resposta pública dada por 11 instituições¹² e uma breve análise de conteúdo demonstrou que os principais pontos de sugestão e controvérsias foram em relação ao aumento do prazo de implementação, à necessidade de maior clareza sobre o que deveria ser relatado, à necessidade de maior detalhamento sobre o que deveria ser relatado, à necessidade de existir auditoria sobre o relatório (algumas sugestões são por torna-la facultativa e outras por auditorias oficiais e de partes interessadas), à abrangência do relatório (se incluiria todas as empresas do sistema financeiro ou apenas as maiores). Dois anos após a consulta, o BACEN lançou

¹¹ Edital de Audiência Pública, 41/2012 de 13 de Junho de 2012.

¹² São 10 as instituições que se manifestaram: Associação Brasileira de Bancos, Associação Brasileira de Bancos Internacionais, Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, Associação Brasileira de Responsabilidade Social, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Federação Brasileira dos Bancos, Fundação Getúlio Vargas, Instituto dos auditores independentes do Brasil e Organização das Cooperativas Brasileiras, UNIETHOS.

a Resolução 4.327/2014 com conteúdo considerado mais brando (YOSHIDA e PIAZZON, 27/05/2014) e suprimiu a questão do relatório socioambiental mantendo apenas uma diretriz normativa sobre uma política mais geral voltada para a responsabilidade social e para o meio ambiente.

A outra iniciativa foi realizada pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo chamada *Relate ou Explique* através da qual as empresas listadas na bolsa são recomendadas a mencionar a publicação de relatório de sustentabilidade no item 7.8 – “Descrição das relações de longo prazo relevantes da companhia que não figurem em outra parte deste formulário” e caso não publiquem, expliquem porque não o fazem. Atualmente, 71,65%¹³ das empresas listadas na bolsa participam da iniciativa.

A primeira iniciativa não vingou, pois apesar da aprovação da resolução 4.327/2014, não há menção sobre o relatório socioambiental. A segunda persiste e opera como uma forma de regulação privada. Estamos diante de dois processos institucionais que operam o sistema de classificação, pois, a mudança do relatório financeiro para o relatório de sustentabilidade implica na expansão do modo de julgar as empresas pelo seu lucro financeiro para o modo de julgar as empresas pelo seu lucro e desempenho econômico e ambiental. Trata-se, portanto de elemento importante para a transformação do significado de investir empreendida pelos atores híbridos no campo das finanças.

No caso relativo ao relatório de sustentabilidade, estamos diante novamente de um ocultamento do Estado, pois além da supressão da minuta relativa ao Relatório Socioambiental, ao digitarmos no Google “resolução 4327/2014 BACEN” aparecem 73 resultados enquanto se digitarmos “Relate ou Explique BOVESPA” aparecem 4090 resultados de modo que a iniciativa de cunho privada possui mais notoriedade no mundo de notícias virtual. A dificuldade em aprovar o relatório de sustentabilidade pelo BACEN assim como a pouca visibilidade de sua resolução é mais um episódio que aponta para o mecanismo de sobreposição do privado sobre o público, no que concerne ao cenário dos investimentos sustentáveis deixando a dúvida sobre a centralidade das instituições representantes do Estado nas disputas sobre as definições legítimas de novas formas de agir e pensar no campo que alia finanças e sustentabilidade.

4. Considerações Finais

¹³ Dado disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/Anexo-4-Release-Relate-ou-Explique-2015.pdf> Acesso em 22 de setembro de 2015

A constituição do Estado Moderno ocorreu principalmente pelo desenvolvimento das estatísticas de Estado (Desrosières, 1996) culminando na formação de uma arena central de disputa dos diversos jogos sociais (BOURDIEU, 2012 [1990]) inclusive os que se referem às trocas econômicas.

Desde a virada para o século XXI, estamos diante da aparição do fenômeno chamado de revolução verde que implica na confecção de conceitos como economia verde, produtos qualificados como eco, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade empresarial, comércio justo, consumo e investimento sustentável, para citar apenas alguns. Todos estes conceitos colocam em xeque conceitos pré-existentes e formas de agir associadas a eles. Se as disputas dos campos ocorrem na esfera considerada pública, qual seria o mecanismo de construção destes novos conceitos e formas de agir? Mais especificamente, quais seriam os mecanismos de construção do conceito de investimento sustentável, o qual alia dois mundos opostos: o das finanças e o da sustentabilidade ambiental.

O olhar mais atento para as políticas públicas do BNDES e para uma política normativa do BACEN leva a emergência de uma reflexão profunda sobre como opera este princípio público de ação ao qual chamamos de Estado. Os dados, apesar de serem estritos e limitados às informações que são disponibilizadas na internet permitem a reflexão sobre a relevância de analisarmos um caso ou um rol de políticas específicas na busca de uma reflexão indutiva, mas também sobre a influência dos dados disponíveis online nas pesquisas acadêmicas e na constituição real e virtual de retratos sociais. Afinal, o investimento sustentável enquanto objeto de estudo não possui um grupo de representantes definidos e homogêneos que se situam em um espaço físico específico.

Além da reflexão metodológica, existe uma preocupação analítica que não enfoca as análises mais pragmáticas ou de cunho moral que buscam mensurar o efeito positivo ou negativo, bom ou mau de determinada política pública, mas sim esboça-se sobre a lógica social (sociologia) de funcionamento da relação entre o que se considera público e privado: na lógica de funcionamento ambos aparecem difusos e oscilam entre si, mas no entanto, a produção do discurso pende para o lado do discurso que legitima os atores e suas ações caracterizadas como privadas. Qual seria a arena de construção deste discurso? Seria ainda a arena pública?

Os dados mostram que o discurso sobre o investimento sustentável possui uma convergência de sentido compartilhado em oposição ao investimento mainstream e que

este compartilhamento é possível devido a sua apropriação diversificada pelos atores que recebem a missão de desenvolver determinada política pública.

Os dados apontam para uma análise das instituições e dos indivíduos. As instituições são colocadas em uma corrente de outorga institucional que oscila entre uma posição pública e privada, mas o destaque final é dado para o resultado e para o fim da linha enfatizando as instituições e indivíduos de interesses privados, muitas vezes associados à ideia de empreendedorismo.

Ao realizar o Raio-X dos atores, foi possível observar a convergência de atores “mainstream” com atores da sustentabilidade que garantem a representatividade e a possibilidade de ligação entre finanças e sustentabilidade. Estes atores possuem características de dominantes e dominados que os permite atuar como elemento-chave na transmutação entre os interesses privados (a busca ao lucro) e públicos (a preservação do meio ambiente e da sociedade, que seriam interesses comuns a todos). É interessante notar que estes atores recebem a outorga do Estado na medida em que recebem os recursos públicos para investirem ao mesmo em tempo que a autorização para decidirem o empreendimento que receberá tal investimento e operam não mais a partir das instituições públicas, como demonstra Bourdieu em seu livro, mas sim, a partir do espaço privado levantando a suspeita de um redimensionamento das arenas de disputa dos jogos sociais.

5. Referências

- ABOLAFIA, M. Y. Markets as Cultures: an ethnographic approach. *The Sociological Review*. V. 46, n.1, Maio, 1998. pp. 69-85.
- BOURDIEU, P; BOLTANSKI, L. La production d'idéologie dominante. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales* Paris, n.8-9 p. 4-76, 1976
- BOURDIEU, Pierre. Décrire et prescrire: les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. In *Ce que parler veut dire – l'économie des échanges linguistiques*. Ed. Fayard 1982.
- BOURDIEU, P. Gênese e Estrutura do Campo Burocrático in *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Ação*. Campinas, SP: Papius, 1996.
- BOURDIEU, P. *Sur L'État – cours au collège de france 1989-1992*. Raisons d'agir SEUIL, 2012 [1990].
- CARRUTHERS, B. G; STINCHCOMBE, A. The Social Structure of Liquidity: Flexibility in Markets and States. *Theory and Society*, 28(3), 1999, p. 353-382.
- CARRUTHERS, B. G; BABB, S. The Color of money and the nature of value: greenbacks and the Gold in Postbellum America. *AJS*, v. 101, n.06, 1996. p 1556-91

DAVIS, G. F. *Managed by the Markets: How Finance Re-Shaped America*. Oxford: Oxford University Press, 2009

DAVIS, G. F. KIM, S. Financialization of the Economy. *Annual Review of Sociology*, Vol 41, pp. 203-221, 2015.

DESROSIÈRES, A. Do singular ao geral: a informação estatística e a construção do Estado. In *Informação para uma sociedade mais justa*. Organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 27 a 31 de Maio de 1996.

DOUGLAS, M; NEY, S. The strong presence of Homo Economicus. In *Missing Persons: a critique of the Personhood in the Social Sciences*. University of California Press, 1998, pp. 22-45.

GODECHOT, O. Le bazar de la rationalité – Vers une sociologie des formes concrètes de raisonnement *Politix* Paris, v. 13, n. 52, 2000, p. 17-56.

GOEDE, M. de. *Virtue, Fortune and Faith – a Genealogy of finance*. Minneapolis: Borderlines Series, 2005 [1971].

HUTTON, R. B; D'ANTONIO, L; JOHNSEN, T. Socially Responsible Investing: Growing Issues and New Opportunities. *Business and Society*. Vol 37; n. 03, pp. 281-305, 1998.

JEUCKEN, M. *Sustainable Finance and Banking: the financial sector and the future of*

JONES, S; LAAN, S. Vd; FROST, G; LOFTUS, J. The investment performance os Socially Responsible Investment Funds in Australia. *Journal of Business Ethics*, v. 80, pp. 181-203, 2008.

the planet. Earthscan: London, 2001.

LOZANO, J. M; ALBAREDA, L; BALAGUER, M. R. Socially Responsible Investment in the Spanish financial market. *Journal of Business Ethics*, n. 69, pp. 305-316, 2006.

MAZZUCATO, M. *The Entrepreneurial State: Debunking public vs. private sector myths*. Anthem, 2013.

McGOUN, E. G; DUNKAK, W. H; BETTNER, M. S; ALLEN, D. E. Walt's street and Wall Street: theming, theater and experience in finance. *Critical perspectives on Accounting*, v14, 2003, pp. 647-661.

MÜLLER, L. H. A. *Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a Bolsa de Valores*. 1. Ed. Porto Alegre: Zouk, 2006. v. 1. 173p

MUNDO NETO, M. Atores públicos e privados na construção da indústria de private equity e venture capital brasileira. *Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs*, de 27 a 31 de outubro de 2014, em Caxambu - MG. 2014. v. 1. p. 1-300

NOVAES BOTTA, E. N. Passos em Falso? Os processos de formação do espaço das consultorias em sustentabilidade no Brasil. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, 2013.

SAKUMA, K; LOUCHE, C. Socially Responsible Investment in Japan: its mechanism and drivers. *Journal of Business Ethics*, v. 82, pp. 425-448, 2008.

SARTORE, M. de S; *Convergência de Elites: A sustentabilidade no Mercado Financeiro*. São Carlos: UFSCar. 207 p. 2010. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

_____. O mercado socialmente responsável. *REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 4, p. 1-34, 2012.

_____. Os mercados nacionais se unem: reflexões sobre a Iniciativa para a Bolsa de Valores Sustentável. *Anais do evento Sociedade Brasileira de Sociologia*. GT 33, 2015.

US-SIF, *US Sustainable, Responsible and Impact Investing Trends 2014*. US-SIF Foundation. 2014. Disponível em

http://www.ussif.org/Files/Publications/SIF_Trends_14.F.ES.pdf Acesso em 21 set 2015.

WEBER, M. A política como vocação. In H. H. Gerth e C. Wright Mills, orgs. *Max Weber – Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967 [1919], pp. 55-89.

YOSHIDA, C. Y. M; PIAZZON, R. S. Responsabilidade Socioambiental dos Bancos. In *Valor Econômico*. 25 de Abril de 2014.